

Inflação à vista

EDITORIAL. “Inflação à vista”. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 de novembro de 2010.

O presidente indicado do Banco Central, Alexandre Tombini, assumirá suas funções no início de 2011, após ser sabatinado pelo Senado. Enfrentará na sua chegada a difícil tarefa de combater uma nova ameaça inflacionária.

A alta de 0,86% do IPCA-15 de novembro na última terça-feira, muito acima do esperado pelos analistas, foi o estopim para uma reavaliação das perspectivas para política monetária em 2011. Até então, a expectativa dominante era a de que o Comitê de Política Monetária (Copom) teria de subir os juros, mas apenas a partir do segundo trimestre. Já está no ar, no entanto, a possibilidade de que a taxa seja elevada na primeira reunião do ano, em janeiro.

Ao contrário do primeiro semestre de 2008, quando o país passou por um surto inflacionário decorrente do aumento dos preços de alimentos, insumos agrícolas, petróleo e minerais metálicos, desta vez os riscos são diferentes. O que distingue o momento atual é a situação do mercado de trabalho. Em 2008 havia ociosidade na economia e o processo inflacionário não teve meios de se disseminar.

Agora o quadro é outro. Na última semana o IBGE divulgou que o desemprego atingiu 6,1% em outubro, a taxa mais baixa da série, um resultado excepcional. O aumento do emprego se reflete em melhores salários -a massa de renda (que representa o poder de compra da população) cresceu 10% em termos reais (descontada a inflação) em relação ao mesmo mês de 2009. É daí que provém a força do consumo, que cresce a taxas de dois dígitos.

Infelizmente, essa expansão não tem sido acompanhada pelo crescimento correspondente da oferta -e tende a se refletir nos índices de preços. Nos últimos meses estímulos mais estruturais de aumento da inflação têm se manifestado de maneira constante.

A inflação de serviços já supera 7,5% nos últimos 12 meses e todas as medidas do núcleo da inflação (que exclui os itens mais voláteis) se aproximam de 5,5%. A alta dos preços de alimentos, que no início do ano foi protagonista da inflação, é agora um fator que se soma a uma deterioração mais geral.

Em meados do ano o Banco Central decidiu encerrar o ciclo de alta de juros -depois de corrigir a Selic para 10,75%- em função das incertezas externas e da perda de ritmo da produção industrial no segundo trimestre. Como o surto de alta dos alimentos do início do ano também se reverteu no segundo trimestre, houve certa tranquilidade -que agora vai sendo substituída por apreensões.

A ameaça precisa ser considerada seriamente. Não são corretas nem oportunas as declarações de autoridades, especialmente no Ministério da Fazenda, de que a alta de preços ocorre apenas nos alimentos. A persistência é da natureza da inflação de serviços: uma vez instaurada, o combate é difícil e custoso.

É hora também da tão prometida colaboração da Fazenda com o BC, na forma de mais austeridade nas finanças do Estado e controle do crédito público, para que a tarefa de recolocar a inflação na meta não recaia apenas em elevações da taxa básica de juros.